

'FRATERNIDADE E POVOS INDÍGENAS'

Índios aprovam campanha da CNBB

XAVANTE AGNELO, SECRETÁRIO GERAL DA COIAB, EMOCIONOU-SE COM A ESCOLHA DO TEMA. 'É A OPORTUNIDADE DE IGREJA RECONHECER ERROS COMETIDOS'

RODRIGO ARAÚJO

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano - "Fraternidade e povos indígenas - Por uma terra sem males" - agradou as organizações e instituições que lidam com a questão indígena. Na avaliação delas, já era tempo de a Igreja Católica discutir o assunto, pois a questão religiosa sempre esteve presente na vida dos índios desde o início da colonização portuguesa.

O secretário geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o índio xavante Agnelo Temrite Wadzatsé, diz que ficou até emocionado quando soube da escolha do tema. "É uma oportunidade para a igreja discutir e reconhecer todos os erros que cometeu com os povos indígenas do Brasil ao longo da história. Foram anos de massacre e escravidão que, só agora, poderão ser reparados", considera.

Para Agnelo, apesar de ter cometido muitas injustiças com os índios no passado, atualmente a Igreja Católica é uma das poucas instituições que reconhece a condição do índio no Brasil. "Essa campanha servirá para, não só a Igreja Católica, mas todos os segmentos da sociedade civil organizada ampliarem o debate sobre a questão", afirma.

Agnelo comenta que as discussões promovidas pela Campanha da Fraternidade serão importantes para chamar a atenção de políticos e autoridades competentes para os problemas enfrentados pelas nações indígenas de todo o País. Na avaliação dele, deputados e senadores deveriam pensar com um pouco mais de carinho na causa indígena, para tentar resolver problemas como a demarcação de terras.

SAÚDE

Mesmo apontando as dificuldades enfrentadas pelos índios brasileiros, o secretário geral da Coiab ressalta que já houve alguns avanços na luta dos povos. Ele lembra que, nos últimos anos, vários projetos nas áreas de educação e saúde vêm sendo desenvolvidos nas tribos, por meio de parcerias e convênios com organizações governa-



João Pinduca Rodrigues - 17/abr/2001

AVANÇOS Entre as conquistas alcançadas por povos indígenas estão os projetos nas áreas de educação e saúde desenvolvidos nas tribos

Rodrigo Araújo



AGNELO 'Foram anos de massacre e escravidão'

mentais e não-governamentais.

"Hoje discutimos projetos de educação diferenciada para os povos indígenas. Um modelo de ensino que respeita a cultura e os costumes do índio, sem interferir e modificar o nosso jeito de viver, nossas raízes", argumenta Agnelo,

informando que, somente na capital, cerca de 20 mil índios de diversas etnias se beneficiam com programas de saúde promovidos por meio de um convênio firmado entre a Coiab e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde.

CAMPO FAVORÁVEL

Discussões facilitadas

As atividades promovidas pela Campanha da Fraternidade criarão um campo favorável para a discussão da afirmação dos povos indígenas. A avaliação é do presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi), o antropólogo Ademir Ramos, que esta semana estará reunindo-se com o arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, para desenvolver uma estratégia para a campanha no Amazonas. Segundo Ramos, a ideia é envolver todos os organismos religiosos que atuam em áreas indígenas para discutir a problemática da educação nessas regiões. "Em algumas localidades, existe uma intervenção muito forte por parte de algumas igrejas. Temos o relato de famílias indígenas que não deixam seus filhos frequentarem a escola

porque o professor é de determinada religião", revela o antropólogo. Ramos informa que a disputa pelas "almas dos índios" também é um ponto importante que deve ser discutido pelas lideranças religiosas. "Será o momento ideal para fazer uma reflexão sobre a questão da espiritualidade étnica. Ou seja, precisamos reconhecer a cultura como um todo, respeitando os costumes, a língua e a religião", considera. "O que vemos hoje é uma disputa quase medieval por adeptos índios, onde se instala nas regiões uma verdadeira divisão geopolítica com o intuito de se arregimentar novos rebanhos de fiéis", completa. Apesar de considerar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - órgão ligado à Igreja Católica - como um dos grandes parceiros na luta pelos direitos dos índios, Ramos comenta que a igreja precisa rever sua prática pastoral. "E, realmente, o momento de se discutir os métodos de catequização, não só da Igreja Católica, mas também dos evangélicos e protestantes que atuam nas comunidades indígenas", alerta.

TRABALHANDO O TEMA

Objetivo é debater

A Campanha da Fraternidade deste ano foi lançada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na última quarta-feira e deverá se estender até o final da Quaresma, no dia 31 de março. Mas a intenção dos coordenadores é promover debates sobre o assunto durante o ano inteiro, a exemplo do que aconteceu no ano passado, quando a campanha teve o tema "Vida sim, drogas não". De acordo com uma das coordenadoras da campanha, a missionária da Pastoral Indigenista Socorro Prado, a ideia é organizar palestras e eventos culturais nas paróquias de todo o Estado. "Queremos trabalhar o tema, principalmente, nas paróquias próximas às comunidades indígenas. Vamos mobilizar todas as pessoas que participam dos trabalhos nas paróquias para realmente expor a questão indígena, promovendo debates sobre os problemas enfrentados pelos

índios", comenta Socorro, informando que em Manaus será realizada uma semana de atividades especiais com palestras e exposições de vídeos e fotos. Paralelo às discussões sobre o tema da campanha, segundo Socorro, a Pastoral Indigenista estará recolhendo um abaixo-assinado em prol da demarcação das terras indígenas e da aprovação, no Congresso Nacional, do Estatuto dos Povos Indígenas. "O estatuto é um projeto de Lei que deverá substituir a Lei 6.001 de 1973 que, pela data em que foi promulgada, está totalmente ultrapassada", afirma a missionária. Socorro informa que a coordenação da Campanha da Fraternidade ainda não definiu quais organizações receberão os donativos que serão arrecadados durante o período de atividades. Ela adianta que o mais provável é que as doações sejam entregues às comunidades indígenas que se localizam próximas às paróquias, que estão espalhadas por todas as regiões do Estado.